

■ POLÍTICA

Destino de ACM inquieta o Palácio do Planalto

Na bancada do PMDB, a ordem é não se envolver na crise para tentar evitar retaliações a Jader Barbalho e aos ministros do partido

João Domingos
de Brasília

Pode até parecer ação de desalmados, mas não é. É próprio da política. No Palácio do Planalto não há nenhuma torcida a favor da salvação do mandato do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), que durante quatro anos foi líder do governo — dois anos e meio no Congresso e um ano e meio no Senado —, mas um setor relativamente grande e influente acha que seria bom que Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fosse preservado.

Esse grupo, que por algumas vezes contou com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, teme o já chamado “efeito ACM”. Mesmo cassado, Antonio Carlos representaria um poderoso inimigo para o governo. Se resolver se juntar à oposição no ano que vem, pode atrapalhar a eleição do candidato do Planalto à sucessão de Fernando Hen-

rique. Portanto, o temor é de que os efeitos da crise do painel violado em 2000 se prolongue até 2002, com consequências danosas para os planos de poder dos que hoje estão no governo.

Embora Fernando Henrique Cardoso tenha determinado à sua equipe que ponha uma mordaça na boca e jamais pronuncie uma palavra a respeito da crise em torno da violação do painel do Senado, o certo é que muitos não resistem ao espetáculo da investigação pelo Conselho de Ética, que o Brasil todo assiste pela televisão. E, de uma forma ou de outra, surgem comentários a respeito das aflições que tomam conta daqueles que estão no poder.



Antonio Carlos Magalhães

Com mandato ou sem mandato, Antonio Carlos ainda causa medo, dizem auxiliares do presidente.

No PMDB há uma ordem para que ninguém se envolva no caso da quebra do sigilo do painel. Não é só para que a imagem de Jader Barbalho (PA), presidente do Senado e do partido, seja desvinculada da violação, mas também para que nenhum ministro do PMDB chame a atenção de Antonio Carlos Magalhães.

Dois deles — Eliseu Padilha, dos Transportes, e Fernando Bezerra, da Integração Nacional — já foram denunciados pelo ex-presidente do Senado e acusados de conivência com a prática de irregularidades no De-

partamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O peemedebista que mais ódio gera em Antonio Carlos, porém, não ocupa o cargo de ministro. Está num gabinete ao lado do de Fernando Henrique Cardoso, no terceiro andar do Palácio do Planalto. É o ex-deputado Moreira Franco, que numa negociação política, ganhou uma assessoria especial do presidente. Antonio Carlos não esconde de ninguém que, para ele, o autor de focos que teriam levado o presidente da República a se afastar dele é Moreira Franco.

Antonio Carlos Queiroz, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), afirma que a cassação do senador baiano forçaria, na visão do governo, a cassação de Jader Barbalho. Porque ninguém pode contestar a força que o senador baiano ainda tem no PFL.

Esse tipo de ação e reação paralisaria ainda mais o Congresso e, fatalmente, faria a crise se estender por todo o ano que vem. Os partidos oposicionistas se aproveitariam de toda a confusão para tentar tirar proveito eleitoral. Puxariam, consigo, os que deles estão próximos, como o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, do PMDB, e o ex-ministro Ciro Gomes, do PPS.

O desfecho rápido da crise do Senado é o ideal, dizem sempre os assessores do Palácio do Planalto. Mas não deverá ser assim tão ligeiro o fim dos trabalhos do Conselho de Ética. Sob a alegação de que está havendo uma “caça às bruxas” por parte da mídia, o senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do processo que apura a participação dos senadores Antonio Carlos e José Roberto Arruda na fraude do painel de votação, decidiu adiar a entrega de seu parecer.

Afirmou que vai reconsiderar tudo o que disse até agora. Até mesmo as conversas que teve com dois as-

sessores jurídicos e que mostrariam sua tendência pró-cassação. Saturnino Braga disse que vai se recolher, esquecer o que escreveram os jornais e divulgar as emissoras de rádio e televisão, para se basear exclusivamente nos fatos investigados. Para o relator do caso, os meios de comunicação, no afã de darem informações diferenciadas, decidiram cassar os senadores e fazer o que considera uma “caça às bruxas”.

Essa expressão tem significado

muito forte no meio político. Ele desperta o espírito de corpo de congressistas sempre que há denúncia contra algum deles.

Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, que teriam uma semana decisiva para resolver se renunciavam ou não ao mandato — e assim, evitar a perda dos direitos políticos por oito anos — ganharam mais tempo com a decisão de Saturnino Braga de atrasar a entrega do seu parecer. O tempo é favorável a eles.